

**Programa  
Eleitoral  
Leiria**

**LIVRE**



# Liberdade Esquerda Europa Ecologia

---

Versão

agosto  
2021

# Índice

---

Introdução	<b>UMA LEIRIA PARA VIVER</b>	pág. 5
1	<b>Ambiente e áreas verdes</b>	pág. 8
2	<b>Direitos Humanos, Sociais e Saúde</b>	pág. 13
3	<b>Habitação e Urbanismo</b>	pág. 17
4	<b>Cultura e Património</b>	pág. 24
5	<b>Democracia local, transparência e combate à corrupção</b>	pág. 29
6	<b>Mobilidade</b>	pág. 33
7	<b>Educação</b>	pág. 38
8	<b>Património</b>	pág. 42
9	<b>Bem-estar Animal</b>	pág. 48

**Filipe Honório**  
Candidato

**Câmara Municipal**  
**de Leiria**





## UMA LEIRIA PARA VIVER

### Um Novo Pacto Verde para um concelho igualitário, ecológico e democrático

Leiria é um concelho muito diverso, com um património natural importante e valioso, grande diversidade cultural, capaz de criar arte e cultura. Um concelho com grande potencial para assegurar bem-estar para todas as pessoas que nele vivem, trabalham ou estudam.

O LIVRE apresenta-se às eleições autárquicas em Leiria, pela primeira vez, com uma visão alternativa para o exercício do poder local. Uma **visão de salvaguarda, desenvolvimento, e gestão dos nossos bens comuns**: bens naturais, bens culturais e bens construídos como o património, o espaço urbano e as infraestruturas.

O LIVRE apresenta para Leiria uma **alternativa progressista e ecológica**, baseada em três pilares essenciais:

- Criar políticas locais de combate às desigualdades sociais;
- Implementar estratégias locais de combate à crise ecológica, de preservação dos bens naturais e de fomento da biodiversidade;
- Fazer da democracia participativa e da transparência nas decisões políticas as linhas-mestras do exercício do poder local.

O LIVRE defende um modelo de **desenvolvimento orientado para a criação de bem-estar** para todas as pessoas do concelho de Leiria: um modelo de **desenvolvimento ecológico e solidário**. Esse modelo de desenvolvimento deve estar baseado numa **economia do conhecimento**, que potencie os ativos do concelho e ofereça condições de vida dignas para todas as pessoas.

É urgente dar resposta ao **acesso à habitação** no concelho de Leiria, uma das mais caras no país. É cada vez mais difícil viver na cidade de Leiria, sendo as pessoas obrigadas a procurar habitação nas freguesias

limítrofes, onde ficam à mercê de uma rede de transportes ineficaz. O património da cidade fica cativo dos interesses financeiros para a atividade económica ou habitação de luxo, deixando as pessoas sem opções viáveis. É fundamental **concretizar o direito à habitação digna, saudável e sustentável**, que é uma obrigação constitucional dos municípios.

O património natural é riquíssimo e variado. Este património, que inclui a **Lagoa da Ervedeira**, a **Mata Nacional de Leiria**, a **Mata de Marrazes**, a **Praia de Pedrógão**, as **Salinas da Junqueira**, a **Senhora do Monte** e o **Vale do Lapedo**, tem de ser preservado. Não podemos correr o risco de deixar este importante património sujeito aos interesses financeiros, sob pena de perdermos a importante biodiversidade, e também de ficarmos vulneráveis a desastres naturais ou à proliferação de espécies invasoras. **A defesa do património natural** significa lutar por uma melhor qualidade ambiental, que se traduz numa população mais saudável.

A aposta no betão, em particular no contexto urbano, provou-se errada. **As cidades têm de ter verdadeiros espaços verdes**, capazes de promover a biodiversidade, melhorar a qualidade do ar, reduzir a poluição sonora, reter a água e regular a temperatura. Além do impacto ambiental positivo destes espaços, é possível criar uma estrutura cidadina **convidativa à comunidade e à partilha do espaço**, melhorando o bem-estar e a felicidade da população.

A proposta de desenvolvimento do LIVRE para o concelho de Leiria é também **feminista**, sendo intransigente na **defesa do empoderamento da mulher e da inclusão**, no combate à violência doméstica e estrutural, à violência no namoro e à violência contra pessoas idosas. É fundamental eliminar as barreiras da disponibilidade temporal ou do constrangimento social que ainda limitam a participação cívica das mulheres criando condições reais de acesso ao exercício democrático.

O LIVRE defende uma luta **antirracista**, que combata ativamente o racismo estrutural presente na nossa sociedade. Defende uma agenda de **combate à xenofobia, etnofobia, homofobia, transfobia, bifobia, e qualquer outra forma de discriminação**, seja qual for a sua motivação. É fundamental **promover os direitos das pessoas com deficiência** e a representatividade de grupos sociais marginalizados.

Leiria deve acautelar as mudanças que se perspetivam na mobilidade, preparando o território para as soluções que venham a surgir no futuro. É urgente promover a **mobilidade pedonal, mobilidade suave e o transporte público**. É também importante lutar pela valorização da **Linha do Oeste**, uma vez que é um forte instrumento de incentivo à coesão territorial. O hipotético aeroporto de Monte Real tem de ser enquadrado numa ampla estratégia nacional para a aviação comercial e não como mais um equipamento desenquadrado de uma estratégia concertada desprovido de uma rigorosa Avaliação de Impacte Ambiental.

O desenvolvimento do bem comum que é uma verdadeira **democracia deliberativa e participativa**, onde todos possam fazer ouvir a sua voz, implica desenvolver novas formas de participação, mais inclusivas e próximas da cidadania, complementando as instituições existentes. A criação de Assembleias Cidadãs, com seleção aleatória dos participantes ao nível local, surge como uma oportunidade de fomentar a participação e a inclusão da cidadania nos processos de decisão. Este objetivo de reforço constante da democracia participativa e da proximidade com os cidadãos é prioritário para Leiria.

O LIVRE **propõe uma alternativa progressista e ecologista para Leiria**, que garanta um futuro sustentável para toda a gente.

# Ambiente e áreas verdes



---

As questões ambientais são determinantes para o nosso futuro comum. Um ambiente sadio proporciona bens comuns essenciais à vida das pessoas: água potável, ar de qualidade, alimentos saudáveis, saúde.

Nestes anos, durante os quais defrontamos uma pandemia, tornou-se evidente como a redução do modo intensivo com que algumas atividades são, habitualmente, levadas a cabo proporciona, à escala local, efeitos muito positivos. **Leiria tem um importante património natural que é urgente proteger.**

Um governo local, partilhado e participado, verdadeiramente ambicioso e sustentável, pode distribuir as atividades humanas no espaço e no tempo, de forma a assegurar mais prosperidade, bem-estar e qualidade de vida.

Por isso propomos:

- Implementar um ordenamento moderno da infraestrutura verde, integrando espaços verdes e de carácter florestal, privilegiando a utilização de variedades autóctones no espaço urbano.
- Promover e incentivar a criação e dinamização de hortas urbanas, de preferência em modo de produção biológico, assegurando o uso e a partilha sustentável de água e o aproveitamento das características naturais das plantas.
- Criar bolsas de terrenos agrícolas municipais para facilitar o acesso à terra e estimular o aparecimento de novos produtores locais.

- 
- Promover a criação de um Regulamento de Gestão do Arvoredo, estabelecendo regras de forma a acabar com as podas mal executadas e os cortes indiscriminados.
  - Dinamizar a implementação local do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF).
  - Estabelecer uma Estratégia Municipal e Plano de Ação para a Biodiversidade, Geodiversidade e Conservação da Natureza, tendo em conta o património natural do concelho e aquele partilhado com municípios vizinhos, identificando zonas/áreas a proteger e formas de assegurar a sua gestão/preservação.
  - Atualizar a Estratégia Municipal e Plano de Ação de Adaptação às Alterações Climáticas, assegurando, como objetivo fundamental, a descarbonização do concelho.
  - Estabelecer uma Estratégia Municipal e Plano de Ação para a renaturalização das zonas degradadas de áreas inseridas em propriedade privada ou baldios.
  - Impedir qualquer revisão ou alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) que reduza a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a reversão de revisões que as tenham reduzido.
  - Assegurar a implementação e fiscalização dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), com particular atenção à necessidade de adaptação às alterações climáticas, ao transporte de sedimentos, aos sistemas dunares e às zonas húmidas.

- 
- Combater a poluição atmosférica e o ruído, restringindo o tráfego automóvel e limitando a sua velocidade em zonas urbanas.
  - Promover iniciativas locais de educação ambiental e ciência cidadã para dar a conhecer a biodiversidade e a geodiversidade concelhia e as boas práticas necessárias à sua conservação, nomeadamente através de investimento no Centro de Interpretação Ambiental de Leiria.
  - Estimular a produção e consumo locais, incentivando as cadeias de consumo curtas, a concretização e dinamização de mercados locais, fomentando a dinâmica económica interna.
  - Desenvolver e implementar Planos de Compras Ecológicas de modo a melhorar continuamente a política de aquisições de bens e serviços.
  - Apostar na economia circular com estratégias “zero resíduos”. Revolucionar a gestão de resíduos substituindo a atual Taxa de Gestão de Resíduos por um sistema “pague-o-que-produzir” para desincentivar a produção de resíduos indiferenciados.
  - Defender o direito à fabricação e reparação, apoiando os negócios de reparação, e incentivando a democratização da tecnologia da fabricação digital (ex. impressão 3D) através da disponibilização de recursos, formação e sensibilização locais.
  - Promover as Comunidades de Energia Renováveis (CER) no concelho e democratizar o acesso à produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, nomeadamente

---

através de incentivo à formação de cooperativas de produtores e apoio às existentes.

→ Dotar os edifícios e infraestruturas públicas de meios para a produção de energias renováveis para auto-consumo.

→ Rejeitar quaisquer projetos de exploração de petróleo e gás natural no concelho.

→ Concretizar um plano de investimentos verdes para o concelho, tendo em vista a transição de indústrias fortemente poluentes, como é o caso da suinícola, através da economia circular e da readaptação de infraestruturas locais, tirando partido do Plano de Recuperação e Resiliência.

# Direitos Humanos, Sociais e Saúde



---

A crise provocada pela pandemia veio aumentar os desafios sociais já há muito vividos em Portugal. Cabe às autarquias garantir que os Direitos Humanos e Sociais não são negligenciados, especialmente durante períodos conturbados como este.

**Leiria tem de garantir que os Direitos Humanos e Sociais não são negligenciados**, principalmente durante a crise económica e social que vivemos atualmente. A adoção de estratégias consistentes com os objetivos nacionais e orientadas pelas prioridades, definidas a nível europeu, mostra-se fulcral para atender a situações de vulnerabilidade.

O novo pacote de competências transferido para as autarquias constitui igualmente uma oportunidade valiosa de implementar soluções inovadoras. É necessário **promover uma saúde de proximidade, acessibilidades física e digital e uma ação social eficaz**, salvaguardando estes bens comuns por todos nós construídos, de forma a garantir a igualdade em todas as suas dimensões.

Por isso, propomos:

→ Promover a igualdade de género em todas as suas interseções, implementando Planos Municipais para a Igualdade e Violência de Género, seguindo para isso as prioridades definidas a nível europeu e fazendo-o de forma concertada com as entidades competentes.

---

→ Implementar uma rede de serviços de apoio a vítimas e sobreviventes de violência, em parceria com entidades competentes e demais entidades parceiras, que siga os padrões internacionais (Conselho da Europa, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres) no que respeita à disponibilidade, modelos de intervenção e qualidade dos serviços.

→ Combater a discriminação por orientação sexual ou por identidade de género, implementando um Plano Municipal LGBTQI+, em parceria com as entidades competentes e demais entidades parceiras.

→ Apoiar e fomentar a criação de associações LGBTQI+ no concelho.

→ Priorizar a saúde mental no Plano Municipal de Saúde, promovendo iniciativas de rastreio e de consciencialização e alocando equipas de psicólogos nos serviços da autarquia ou articulando a intervenção com outros serviços já existentes.

→ Promover programas de apoio a idosos, especialmente aqueles em situação de isolamento, para acautelar situações críticas recorrentes (casos de queda, toma de medicamentos), envolvendo, sempre que possível, os familiares.

→ Reforçar de forma generalizada os mecanismos de apoio social e combate à pobreza, resultante da crise económica e social criada pela pandemia de COVID-19.

→ Avançar com a introdução de um projeto

---

piloto de Rendimento Básico Incondicional ao nível municipal ou intermunicipal.

→ Promover junto das instituições de apoio social respostas dirigidas aos cuidadores informais.

→ Prosseguir o reforço da Rede Social como espaço privilegiado de definição das políticas sociais ao nível local e promover a participação efetiva da comunidade para que as pessoas possam ser sujeitos ativos nos seus processos de mudança.

→ Incentivar a criação de incubadoras de empreendedorismo social, e apoiar as existentes, que prestem apoio à aceleração e incubação de ideias empreendedoras orientadas para o impacto social.

→ Reforçar o apoio às famílias e alunos, através da articulação entre as escolas, a autarquia e a comunidade de forma a dar resposta a carências alimentares, de apoio educativo e repensar as atividades de enriquecimento curricular e o reforço do desporto escolar.

→ Aumentar as verbas disponíveis para os apoios de alimentação para alunos com famílias em carência económica.

→ Articular o acompanhamento de refugiados com os serviços competentes, de forma a acautelar o seu processo de integração.

→ Concertar as artes e o desporto com programas de inclusão social, junto de grupos de população em situação de desfavorecimento e exclusão social.

→ Promover a adesão de Leiria à Rede Internacional de Cidades-Refúgio.

# Economia Local



---

O modelo de desenvolvimento económico do concelho de Leiria tem sido baseado em lógicas extrativistas e produtivistas, incapazes de assegurar a sustentabilidade ambiental e o bem-estar para todas as pessoas. **É urgente alterar este estado de coisas para um modelo ecológico e solidário**, que garanta condições de desenvolvimento baseado na economia local, na criação de valor para as comunidades locais e na garantia de bem-estar para a população do concelho.

É essencial estabelecer condições para a criação de empresas inovadoras e estimular a inovação nas empresas já existentes, promover a investigação e desenvolvimento conjunto entre empresas, instituições de ensino e a sociedade civil, bem como procurar maximizar os benefícios das atividades de inovação e da criação de conhecimento para as comunidades locais.

**Um novo modelo de desenvolvimento local não pode deixar ninguém para trás e deve focar-se na criação dos bens comuns estruturais na comunidade concelhia.**

Uma das melhores formas para o fazer é apostando numa economia da cooperação e da solidariedade, promovendo e assegurando condições para o desenvolvimento de cooperativas locais e comunidades dedicadas a determinados fins económicos como a água ou a energia.

---

Promover a inovação e sustentabilidade da economia local de Leiria, de acordo com as suas realidades sociais e tecidos empresariais, é fundamental.

Por isso, propomos:

### **INOVAÇÃO & DESENVOLVIMENTO LOCAL**

- Utilizar um Indicador Municipal de Bem-Estar, que inclua também o nível de igualdade, para guia das políticas do Município.
- Promover o desenvolvimento e criação de cooperativas e/ou empresas que promovam a produção e consumo sustentável de bens ou serviços produzidos a nível local através da criação de um gabinete municipal de gestão de projetos.
- Criar um Gabinete Intermunicipal para a Transição com o propósito de estudar e promover a nível local as estratégias para a transição de modelo de desenvolvimento, sinalizando as empresas e setores de atividade que serão afetadas pelos processos de transição, e assegurar que esses são justos para os trabalhadores e para a região.
- Promover a interação entre empresas, universidades e escolas e, assim, identificar as complementaridades entre as necessidades e as oportunidades existentes numa região, estimulando a criação de consórcios para candidaturas a fontes de financiamento nacionais e internacionais.

---

→ Estimular a cooperação e a coordenação entre municípios, nomeadamente no contexto da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, de forma a evitar que a existência de competição intermunicipal baseada na atribuição de subsídios e benefícios fiscais contribua para um desperdício de recursos públicos.

→ Criar gabinetes regionais de apoio para a preparação de candidaturas a programas europeus de financiamento de atividades de I&D e inovação.

→ Investir no apoio à transição digital do comércio local, capacitando-o para o comércio digital.

→ Criar bancos de fomento locais de garantia pública, através dos quais os munícipes possam investir nas empresas locais em condições mais vantajosas para ambas as partes comparativamente ao financiamento/ investimento/aplicação financeira com recurso à banca tradicional.

→ Promoção do comércio local através de programas de divulgação e de incentivos económicos ao investimento, com discriminação positiva do comércio local nas taxas municipais, nomeadamente de isenção para esplanadas ou publicidade e ainda promoção das lojas históricas e contribuição para a sua importância cultural.

→ Combater ativamente a precariedade local, promovendo a integração de todos aqueles que desempenham funções permanentes (como serviços de limpeza, cantinas, atividades de

---

enriquecimento curricular, segurança, entre outros), sobretudo na administração local.

→ Estimular a criação de unidades de turismo sustentável, com ligação às comunidades locais e respeito pelo território, em detrimento de empreendimentos turísticos que pouco contribuem para a prosperidade do concelho.

→ Implementar estratégias locais de aumento do tempo disponível para todos, incluindo incentivos para redução do horário de trabalho junto das empresas locais.

→ Desenvolver espaços colaborativos que permitam à população utilizar meios técnicos e físicos de que não dispõe individualmente.

→ Criar/reabilitar espaços de co-work e ateliers municipais.

→ Providenciar, em parceria com o tecido educativo e empresarial local, uma oferta de formação local pública e gratuita de competências vitais para a inserção e reconversão profissional articulando com as entidades de formação profissional uma oferta distintiva, com ligação ao território.

## **AGRICULTURA**

→ Promover uma bolsa de terras à escala local, articulada com a Bolsa Nacional de Terras, promovendo e facilitando o acesso a parcelas com potencial agrícola aos habitantes e cooperativas que se disponham a desenvolver produção agrícola local e assente nas melhores práticas.

→ Travar a expansão de sistemas produtivos

---

intensivos e superintensivos, como aqueles que têm sido adotados para as explorações pecuárias produtoras de efluentes pecuários, privilegiando modos de produção que permitam a implementação simultânea de medidas benéficas para a biodiversidade, a manutenção ou recuperação da matéria orgânica do solo.

→ Possibilitar o acesso a dinâmicas que são essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar como associativismo, partilha de ferramentas, máquinas, etc., capacitação técnica dos agricultores, abastecimento público de produtos agrícolas locais, potenciar mercados de proximidade – circuitos curtos – e locais para venda dos produtos.

→ Incentivar os agricultores a aderirem às melhores práticas agrícolas disponíveis, do ponto de vista ambiental, resultando na produção de alimentos mais saudáveis e de melhor qualidade.

→ Incentivar os agricultores a produzirem a sua própria energia elétrica (autoconsumo) ou participar numa Comunidade de Energia Renovável (CER).

## **BENS DIGITAIS COMUNS**

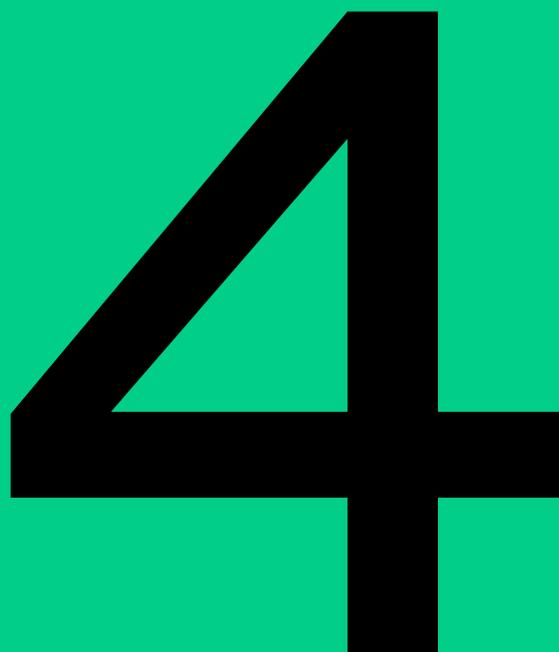
→ Apostar na transição dos ecossistemas digitais baseados em sistemas proprietários para soluções baseadas em software livre.

→ Promover a literacia digital no concelho em conjunto com os atores escolares locais, com foco no uso de software livre.

- 
- Aderir à coligação Cities for Digital Rights.
  - Assegurar o cumprimento dos direitos digitais dos cidadãos - nomeadamente privacidade, liberdade de expressão, não discriminação por algoritmos digitais - instituindo a figura de Responsável de Tecnologia e Direitos Digitais (CTO) municipal ou intermunicipal.
  - Assegurar uma boa cobertura de rede de internet em todas as zonas do concelho.
  - Disponibilizar wifi público.
  - Garantir que todo o código desenvolvido com dinheiro público fique numa licença de código aberto.
  - Investir em sensorização e monitorização de dados relevantes para o bem-estar público - como qualidade do ar, qualidade da água, biodiversidade, ruído, parâmetros de mobilidade - e na sua disponibilização numa Plataforma de dados aberta.
  - Introduzir na administração pública o conceito de Plataforma como Serviço (PaaS), um repositório partilhado de ferramentas, sistemas e processos digitais em código aberto, que permita a partilha e o uso dos recursos desenvolvidos pelas administrações locais e centrais do país.

---

# Habitação e Urbanismo



---

O Decreto-Lei n.º 105/2018 concretiza o quadro de transferência de competências para as Câmaras Municipais no domínio da habitação. Passa para os órgãos municipais a gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana e a gestão dos bens imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, cuja propriedade é transferida para os municípios.

O custo da habitação tem subido constantemente, e a um ritmo elevado, nos últimos anos. No último ano, o custo da habitação subiu mais de 7% (face a julho de 2020) no concelho de Leiria. A ausência de motivação política para intervir na regulação dos preços do imobiliário, juntamente com a política dos vistos gold e outras políticas para atrair capital estrangeiro, no novo quadro da famigerada “Lei Cristas”, que liberalizou o arrendamento com o objetivo de deixar as rendas mais antigas e mais baixas mais próximas da média do mercado, produziu condições à tempestade a que a maioria da população se encontra exposta.

O LIVRE propõe-se a concretizar o direito à habitação digna, saudável e sustentável, facultando o acesso à habitação pública.

Por isso, propomos:

---

## HABITAÇÃO

→ Promover a habitação pública, situada em núcleo urbano consolidado e com interligação à rede municipal de transportes públicos, como forma de garantir o acesso dos leirienses a habitações dignas, sustentáveis e ao alcance dos seus rendimentos:

- Promover a reabilitação de imóveis devolutos do Estado através da transferência da titularidade dos imóveis para a gestão do Município de Leiria com o respetivo financiamento.
- Aumentar o parque público em bairros específicos do concelho para promover a inclusão e integração de pessoas, rejeitando a ideia de segregação em bairros sociais.
- Rever a Estratégia Local de Habitação de Leiria tendo em vista a sua democratização e expansão para consagrar a habitação como direito para todas as pessoas.
- Promover, em conjunto com as instituições de ensino superior, alojamento estudantil no quadro de políticas de habitação jovem e de revitalização dos centros urbanos.

→ Promover o apoio do arrendamento de longa duração de proprietários privados:

- Possibilitar a cedência a longo prazo de edifícios públicos, mantendo-os propriedade da autarquia, privilegiando as cooperativas, para arrendamento de longa duração e rendas acessíveis.
- Imposição de uma quota reservada para

---

arrendamento acessível (ou para habitação pública) em novos empreendimentos

- Recorrer aos financiamentos geridos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e aos fundos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), quer para o financiamento de habitação pública quer para soluções de habitação para pessoas em situação habitacional precária.
- Criar o “Balcão da Habitação” do Município, com atendimento especializado sobre questões de habitação e urbanismo.
- Apoiar as cooperativas habitacionais, de autoconstrução e habitação evolutiva.
- Criar um regulamento de Alojamento Local para não ser possível ultrapassar 10% de licenças das frações habitacionais em cada bairro.

## **COMUNIDADE**

- Implementar um programa pelo concelho inclusivo e sem periferias, através de uma ação integrada que promove a existência de diversas centralidades interligadas em rede, considerando a mobilidade suave e transportes públicos e ancorada nos equipamentos / serviços públicos.
- Promover a adequação da via pública e do edificado público para todas as idades, funcionalidades e condicionamentos físico-motores das pessoas.

- 
- Devolver / revitalizar largos, logradouros, coretos, jardins, pátios, e outros espaços públicos (ou privados voluntários), através de programação cultural participada.
  - Limitar radicalmente a publicidade no espaço público, reduzindo o número de “outdoors” e “MUPIs”, entre outros, reduzindo a poluição visual e luminosa.

---

# Cultura e Património



---

A valorização da cultura e do património cultural local é, para nós, um aspeto decisivo da democracia e, por isso, consideramo-la fundamental.

**A democratização do acesso, da participação e da criação culturais deve ser uma prioridade,** especialmente ao nível local, que entendemos ser um espaço privilegiado para uma participação efetiva e alargada da população.

As nossas propostas baseiam-se, então, na visão de que uma cultura democrática e participativa é capaz de juntar as cidadãs e cidadãos na preservação e valorização do seu património material e imaterial, dos seus Bens Comuns Culturais, servindo como fator de união e de desenvolvimento das comunidades locais.

Por isso, propomos:

- Disponibilizar gratuitamente espaços de criação artística.
- Criar tarifas gratuitas, estimulando as vivências intergeracionais, permitindo que toda a gente tenha acesso à cultura.
- Alargar o tipo de tarifas aplicadas nos monumentos da Direção Geral do Património Cultural aos monumentos geridos por ou com participação pública.
- Realização de eventos relacionados com biodiversidade e geodiversidade locais, bem como sessões de observação astronómica

- 
- Disponibilizar, em formato digital e de fácil acesso, o panorama sociocultural do concelho, incluindo as associações culturais e artísticas, assim como o património material e imaterial.
  - Programa de capacitação e ajuda às associações locais para acesso a financiamento da União Europeia, e outros.
  - Criar conselhos consultivos municipais da cultura.
  - Promover eventos culturais e artísticos a nível intermunicipal, de forma a promover a partilha de recursos e de públicos.
  - Apoiar as escolas na promoção de eventos/ espaços culturais para a comunidade.
  - Promover a criação e desenvolvimento de associações de defesa do património.
  - Implementar programas de promoção do património local para os cidadãos locais com visitas guiadas, pequenas exposições descentralizadas e ações de rua.
  - Implementar e desenvolver programas de apoio a artesãos locais.
  - Assegurar o levantamento etnográfico das memórias das comunidades.
  - Criação/disponibilização de espaços públicos de encontro para uso livre das associações.
  - Desenvolver programas de formação artística e técnica dirigidos aos jovens das associações culturais locais.
  - Criar um Programa de Apoio à Cultura destinado às associações e movimentos culturais do concelho, em diversas áreas da

---

criação artística, de modo a democratizar o acesso ao apoio e à criação artística.

→ Dar maior autonomia, programática e financeira, às organizações culturais em dependência do Município, como o Teatro José Lúcio da Silva, Teatro Miguel Franco, Museu de Leiria, Museu da Imagem em Movimento e Agromuseu.

→ Realizar uma avaliação económica, ambiental e social ao projeto do Pavilhão Multiusos para Leiria, no sentido de enquadrar este investimento numa perspetiva de desenvolvimento social de longo prazo, não repetindo os erros do passado.

# Democracia local, transparência e combate à corrupção



---

A participação ativa na vida das nossas comunidades é um princípio essencial do espírito democrático que nos anima. É essencial apostar em soluções novas, alternativas mais democráticas, mais próximas e com maior impacto nas vidas das populações. É a partir daqui que se pode mudar a rua, o bairro, a cidade, o país e, certamente, o mundo.

Este combate só pode ser levado a bom porto se pensarmos de forma sistémica e preventiva. A transparência e a integridade são os pilares onde tem de assentar toda a ação política. Assim, comprometemo-nos a fazer este combate em todo o Município, em cada freguesia.

Por isso, propomos:

- Implementar um programa de fomento de participação cidadã na decisão política: maior utilização dos referendos locais, maior auscultação da população, movimentos e associações.
- Criar Assembleias Cidadãs com participantes escolhidos de forma aleatória para definição de estratégias de longo prazo do concelho.
- Assegurar um Orçamento Participativo (OP) mais amplo, e participado de forma igualitária, e recorrendo a processos de democracia deliberativa.
- Criar aplicações digitais, ou outros de acesso democrático, que permitam conhecer e interagir diretamente com todos os processos de decisão nas autarquias.

- 
- Promover a comunicação entre as autarquias e os cidadãos através de sessões de esclarecimento e da criação de meios que permitam aos cidadãos comunicar em permanência problemas concretos do seu dia-a-dia (por ex. apps, sítio web, quadro informativo com comunicação analógica, caixa de sugestões publicada).
  - Instituir locais públicos de encontro para a população, tanto fechados como ao ar livre, que possam ser usados de forma livre por todas as cidadãs e cidadãos (por ex. a Casa da Comunidade).
  - Promover a adesão a redes europeias e globais de cidades progressistas, assumindo o municipalismo enquanto local privilegiado para experimentar novas soluções e ideias, como parte estruturante do projeto europeu (por ex., Municipalities in Transition ou as “cidades sem medo”)
  - Simplificar e democratizar a participação cidadã nos atuais órgãos municipais, divulgando mais e melhor a atividade da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.
  - Concretizar a Casa da Democracia Local, com um espaço destinado à Assembleia Municipal e espaços dedicados à ação e participação política, como forma de melhorar as condições de trabalho político e facilitação de acesso da população a partidos e representantes.
  - Tornar as discussões públicas mais acessíveis e transparentes, promovendo a divulgação de períodos de discussão pública

---

em anúncios nos sítios da internet, cartazes em quadros analógicos informativos, em espaço público aberto, realizando-os com períodos alargados e que não incluam períodos de férias.

→ Disponibilizar a informação sobre as atividades correntes do Município aos cidadãos através da publicação de gravações das sessões de câmara e assembleias municipais no sítio da Internet do Município.

→ Criar e divulgar um guia de participação do cidadão (incluindo como fazer queixas, do nível local ao nacional).

→ Promover a transparência em todos os órgãos públicos locais:

- Registo de interesses obrigatório para todos os vereadores, deputados municipais, presidentes de junta e membros de assembleias de freguesia.
- Garantir que pedidos de informação de deputados da Assembleia Municipal são respondidos.
- Disponibilizar atempadamente os relatórios anuais de atividades, plano e orçamento de todos os organismos autárquicos.
- Estabelecer regras comuns, de sustentabilidade social e ambiental, de conduta empresarial para todos os setores autárquicos, incluindo o empresarial, e exigir paridade de género e menor diferencial de remunerações.
- Aumentar a transparência municipal, de forma a cumprir todas as variáveis do Índice de Transparência Municipal.

---

→ Criar um conselho local de prevenção e combate à corrupção, com a participação direta de cidadãos (através do envolvimento de ONG e com cidadãs e cidadãos escolhidos aleatoriamente).

---

# Mobilidade



---

A mobilidade é essencial para ultrapassar as barreiras sociais, económicas, políticas e físicas, como a classe social, questões de género, pobreza, condicionalismos físicos e disponibilidade financeira. **A prioridade do sistema de transportes deve ser o acesso aos locais de emprego, de estudo, de lazer, de habitação.**

**O Município de Leiria deve acautelar as mudanças que se perspetivam na mobilidade** (e na sociedade), preparando-se para soluções do futuro da mobilidade: na transição da energia para fontes mais limpas e renováveis, no paradigma das cidades inteligentes e de soluções de leitura e agregação de multidados da cidade e na condução autónoma, que terá certamente consequências pesadas na forma como hoje encaramos a mobilidade diária e a vida nas nossas terras.

As evoluções tecnológicas na mobilidade devem servir o bem comum e reduzir as desigualdades, promovendo a partilha de veículos e não a sua propriedade.

Por isso, propomos:

- Promover a possibilidade de aceder a serviços de forma digital (sobretudo serviços prestados pelas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) com apoio e orientação para pessoas sem literacia digital.
- Criar pólos da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia descentralizados para

---

apoio aos munícipes e fregueses, reduzindo a necessidade de deslocação.

→ Rever a carta escolar, privilegiando o critério de acessibilidade pedonal entre a casa e a escola.

→ Aumentar os tempos de verde para peões, de forma a permitir que pessoas com mobilidade reduzida possam atravessar em segurança.

→ Criar zonas exclusivas para peões e modos suaves no acesso às escolas, sobretudo junto das suas entradas. Criar zonas de estacionamento rápido em áreas de segurança.

→ Limitar ao máximo cruzamentos de nível com a ferrovia. Nas passagens de nível existentes, melhorar substancialmente os mecanismos de segurança.

→ Contemplar, no projeto das novas ciclovias, a requalificação dos passeios paralelos, em especial na qualidade do seu pavimento.

→ Retirar a prioridade ao automóvel nas zonas residenciais e ruas de baixo tráfego, reduzindo a velocidade máxima de circulação, criando bairros “zonas 20” (velocidade limitada a 20 km/h), redesenhando o espaço urbano em que o automóvel é o intruso.

→ Promover uma repartição mais equilibrada na ocupação do espaço público, reduzindo a área reservada ao automóvel e promovendo a utilização da rua pelas pessoas.

→ Promover área de sombra, sobretudo através da plantação de árvores, que permita uma circulação pedonal mais saudável.

---

→ Incentivar espaços comunitários de partilha e reparação de bicicletas.

→ Criar programas de incentivo à aquisição de veículos de mobilidade suave e ativa e promover ações de ensino sobre como andar de bicicleta e como reparar bicicletas para adultos e jovens.

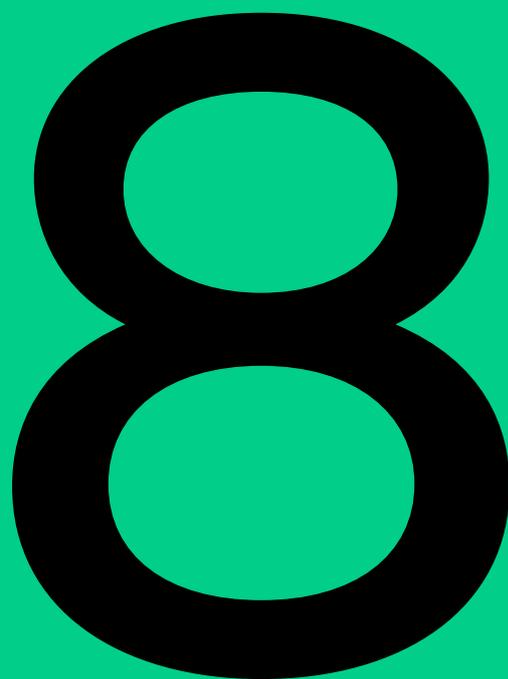
→ Adotar políticas tarifárias de transporte coletivo urbano que promovam, de facto, a sua utilização.

→ Defender o investimento da ferrovia, nomeadamente na Linha do Oeste, que possa garantir a mobilidade para pessoas no contexto intermunicipal.

→ Enquadrar a discussão sobre o Aeroporto de Monte Real numa estratégia nacional para a aeronáutica, que tenha em vista a redução da sua utilização, e um uso eficiente de recursos, financeiros e ambientais, disponíveis. Realizar uma Avaliação de Impacte Ambiental para qualquer projeto de mobilidade que surja na Base Aérea de Monte Real.

---

# Educação



---

A transição digital e a vivência da pandemia afetaram a sociedade e a comunidade educativa, obrigando a uma alteração profunda de todo o sistema de ensino e aprendizagem. **A ação a nível local é a melhor forma de responder a estes desafios**, implementando programas e projetos mais específicos e adaptados aos alunos a que se dirigem. É tempo de reforçar aquele que é um dos mais relevantes bens comuns.

O envolvimento das escolas com a comunidade é essencial para a educação dos alunos e para uma vivência local mais saudável e solidária. Uma relação mais próxima e intrínseca com a comunidade permite que a escola reconheça e valorize a cultura e valores dos seus cidadãos criando linguagens comuns, currículos adequados e motivadores para a aprendizagem.

**Os espaços escolares devem ser partilhados com a comunidade e usufruídos por todos.**

Neste contexto, as escolas e as autarquias devem trabalhar em conjunto para garantir esta coesão, através da partilha de conhecimento e recursos, assegurando a equidade entre os cidadãos, sustentada em sistemas de informação livre.

Por isso, propomos:

→ Fomentar a participação cidadã dos alunos nos processos de gestão democrática das escolas, mediante a criação de Assembleias de Alunos.

- 
- Apoiar os agrupamentos nos seus processos de autonomia, promovendo a articulação das escolas com o contexto sócio comunitário, bem como na valorização dos múltiplos saberes e competências.
  - Criar grupos de trabalho com alunos/pais/docentes/não docentes e organizações da comunidade para elaboração e efetivação de projetos educativos que privilegiem a promoção da cidadania e proteção do ambiente, proporcionando aos alunos um conjunto diversificado de experiências relacionadas com estas temáticas, agregando as ofertas educativas não formais do concelho neste âmbito e corresponsabilizando cada autarquia pela promoção desses valores.
  - Garantir o envolvimento das escolas, da autarquia e da comunidade de forma a dar resposta às várias funções educativas, como as atividades de enriquecimento curricular, ou outras atividades formais e não formais e as necessidades de apoio às famílias.
  - Reforçar o pessoal não docente para assegurar maior acompanhamento dos alunos e maior flexibilidade nas atividades dentro e fora do espaço escolar, assegurando a integração de todos aqueles que desempenham funções permanentes, incluindo os monitores das atividades de enriquecimento curricular
  - Continuar o investimento na educação e formação de adultos, generalizando a perceção de que a aprendizagem se realiza ao longo da vida, promovendo quer a educação formal -

---

nomeadamente a formação profissional em contexto de trabalho - quer a aprendizagem não formal e informal em todas as idades, incluindo as Universidades Sénior, tanto em meio urbano como rural.

→ Trabalhar, em conjunto com os agrupamentos escolares, na criação de condições de espaço, de recursos e de pessoal para proporcionar um ensino mais focado em cada aluno, através da redução do número de alunos por turma, da criação de comunidades de aprendizagem e de outras iniciativas.

→ Assegurar que a aprendizagem não se efetua apenas através do conhecimento académico tradicional, garantindo que todos os alunos tenham acesso a outras formas de realização pessoal e possibilidades de sucesso, nomeadamente através das artes, cultura e desporto escolar, valorizando e reforçando estas competências.

→ Promover a relação entre as escolas e a comunidade, disponibilizando também as estruturas de proximidade, como as bibliotecas, espaços verdes, hortas comunitárias, museus, teatros, abrigos de acolhimento de animais e outros equipamentos na comunidade.

→ Conceber os equipamentos e serviços escolares como recursos da comunidade, potenciando assim a sua utilização educativa e cultural por todos.

→ Promover a articulação e a cooperação entre administração central, associações desportivas, clubes, autarquias e escolas,

---

no desenvolvimento integrado de práticas desportivas, acessíveis às cidadãs e aos cidadãos dos diferentes grupos etários, valorizando a dimensão formativa e cidadã do desporto.

→ Aprofundar o envolvimento das escolas com as autarquias para os programas de saúde pública e de combate à pobreza infantil, de forma a garantir cuidados básicos de saúde, higiene e uma alimentação saudável e equilibrada a toda a população escolar, através de ofertas tendencialmente públicas.

→ Promover políticas diferenciadoras que promovam a efetiva equidade, desde a primeira infância, nomeadamente com programas de intervenção precoce para crianças em situação de desvantagens múltiplas, designadamente de carácter socioeconómico.

→ Assegurar a existência de equipas multidisciplinares em todos os agrupamentos que favoreçam a mediação entre profissionais de ensino, alunos, famílias e a comunidade, nomeadamente psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais que sejam necessários.

→ Investir na aquisição de meios tecnológicos, possibilitando assim aprendizagens que incluam conteúdos digitais, e tendo sempre presente a sustentabilidade ambiental e o uso preferencial de software livre.

→ Expandir e requalificar a rede de creches públicas municipais, garantindo o acesso à educação a partir dos 4 meses de idade.

---

→ Intervir nos equipamentos escolares para aumentar a sua eficiência energética, garantindo uma climatização adequada à promoção da saúde da comunidade educativa nas épocas de maior frio e calor.

---

# Bem-estar Animal



---

O LIVRE **respeita o valor intrínseco da vida de todos os animais**, tal como assumido pela Declaração Universal dos Direitos do Animal, o que nos leva a reclamar a consagração de uma série de medidas na legislação portuguesa que contemplem o bem-estar animal.

Essas medidas devem prevenir a ocorrência de qualquer ação humana que vise a utilização de animais para fins fúteis e a **promoção de uma relação ética entre animais humanos e não humanos** em todas as ações em que, atualmente, há ainda necessidade destes últimos serem utilizados, com destaque para a alimentação.

Merece ainda especial atenção o bem-estar dos animais de companhia, uma vez que a relação que os humanos estabelecem com os animais assim designados se reveste de características que vão muito além da necessidade.

Por isso, propomos:

→ Declarar o concelho como garante e promotor do bem-estar animal, assegurando o cumprimento das convenções internacionais e da legislação nacional respeitantes aos direitos dos animais.

→ Defender a criação da figura de Provedoria Local dos Animais, dotado de orçamento, meios humanos e materiais adequados à implementação de uma estratégia concelhia respeitante ao bem-estar animal e à gestão e

---

avaliação de medidas específicas concretizadas neste âmbito.

→ Reivindicar a alocação de fundos e meios adequados a uma ação eficaz dos veterinários municipais, nomeadamente no que respeita a campanhas de vacinação e desenvolvimento de ações de sensibilização relativas ao bem-estar animal, incluindo o contexto de 'produção animal' local.

→ Defender e promover a eliminação de práticas de 'entretenimento' que envolvam animais, em particular quando essas práticas assentem na exploração, sofrimento e/ou morte dos mesmos.

→ Não apoiar, recusando o patrocínio, publicidade ou propaganda de ações que assentem na exploração de animais ou envolvam algum tipo de violência relativamente aos mesmos.

→ Criar o Centro Municipal de Recolha Oficial de Animais, assim como a monitorizar a legalização e melhoramento dos abrigos de animais pertencentes a qualquer tipo de associação zoófila local.

→ Defender a implementação de programas relativos à captura, esterilização, identificação eletrónica, desparasitação e adoção/libertação de animais de companhia errantes enquadrados em estratégias municipais e intermunicipais de promoção do bem-estar animal.

→ Desenvolver programas locais de identificação e monitorização de colónias de animais de companhia errantes, previamente

---

esterilizados e desparasitados, em coordenação com veterinários municipais, associações zoófilas e cidadãos locais.

→ Ponderar a construção de abrigos municipais para estas colónias, à discricção do provedor local dos animais, de forma a serem mais bem monitorizadas, terem melhores condições de vida, e promoverem o convívio saudável entre humanos e animais.

→ Dotar o território municipal de espaços ao ar livre devidamente equipados que possibilitem a sua utilização por animais de companhia e respetivos donos.

→ Financiar devidamente os centros de recuperação de animais silvestres locais e promover a divulgação do seu trabalho às escolas e cidadãos como forma de educação ambiental relativamente à necessidade de conservação e recuperação de espécies animais e valor intrínseco da biodiversidade.

